

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

HORIZONTES DE SOLO E O MANEJO DA AUTONOMIA
Projeto de estágio pós-doutoral

Theo Soares de Lima
Supervisor: Sidney Gonçalves Vieira

Pelotas, Outono de 2023.

RESUMO

A presente pesquisa visa investigar ganhos de autonomia (no sentido dado por Cornelius Castoriadis) na cidade através do acompanhamento do projeto Hortas Urbanas, vinculado ao Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LEUR) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Tal projeto de extensão tem como intuito auxiliar de forma técnica no manejo de hortas urbanas, através de canteiros de alimentos e plantas medicinais, em espaços carentes da cidade. Estão no escopo de intervenção desde Associações de moradores até Unidades Básicas de Saúde (UBS). Além do engajamento direto na produção e manejo dos canteiros presentes nos mais diferentes espaços, o projeto também realiza diversas oficinas sobre conhecimentos ligados ao que pode ser produzido e colhido nas próprias hortas, como, por exemplo, a produção de unguentos e xaropes através de plantas medicinais, ou oficinas sobre a produção de mudas, para melhor aproveitamento das áreas. De maneira geral é correto dizer que o projeto Hortas Urbanas visa a sustentabilidade em um ponto de vista amplo, desde o sentido ambiental, passando pelo econômico até o social, pois o espaço é meio, condição e também produto das relações entre pessoas e dessas com seu meio. Assim, não podendo o real ser compartimentado em si mesmo (apenas para análise), o projeto também visa amplo diálogo interdisciplinar, mostrando não só ser possível o entendimento entre diversas áreas da ciência e do próprio saber popular, como mostrando, também, seu caráter imperioso.

Palavras-chave: Autonomia; Território; Cartografia; Sustentabilidade; Hortas urbanas.

ABSTRACT

This research aims to investigate gains in autonomy (in the sense given by Cornelius Castoriadis) in the city through monitoring the Hortas Urbanas project, linked to the Urban and Regional Studies Laboratory (LEUR) of the Federal University of Pelotas (UFPEL). This extension project aims to technically assist in the management of urban gardens, through food and medicinal plant beds, in needy areas of the city. They are in the scope of intervention from Associations of residents to Basic Health Units (UBS). In addition to the direct engagement in the production and management of the beds present in the most different spaces, the project also holds several workshops on knowledge related to what can be produced and harvested in the gardens themselves, such as, for example, the production of ointments and syrups using plants medicinal products, or workshops on the production of seedlings, for better use of the areas. In general, it is correct to say that the Urban Gardens project aims at sustainability from a broad point of view, from the environmental sense, passing through the economic to the social, since space is a means, condition and also a product of relationships between people and these with your middle. Thus, since the real cannot be compartmentalized in itself (only for analysis), the project also aims at a broad interdisciplinary dialogue, showing not only that understanding between different areas of science and popular knowledge is possible, but also showing its character imperative.

Key-words: Autonomy; Territory; Cartography; Sustainability; Urban gardens.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. OBJETIVO	6
2.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	6
3. EPISTEMOLOGIA	7
3.1. AUTONOMIA	7
3.2. TERRITÓRIO.....	8
3.3. CARTOGRAFIA	9
4. METODOLOGIA.....	12
5. CRONOGRAMA	14
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	15

1. INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa parte, ele próprio, de um outro, o projeto Hortas Urbanas (HU), vinculado ao Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LEUR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O Hortas teve início em 2018 junto à Companhia de Habitação Popular (COHAB) Tablada sob coordenação de Giovana Mendes de Oliveira e hoje se encontra sob coordenação de Sidney Gonçalves Vieira e Humberto Dias Vianna (Eng. Agrícola).

Calcado na proposta metodológica de pesquisa-ação (THIOLLENT, 1985), o projeto já deixa claro desde o início que sua intenção é a de intervir na realidade. Tal intervenção, contudo, não se dá de maneira verticalizada, através daquilo que Santos (1993) chamou de “regiões do mandar e regiões do fazer” (p. 47), mas, sim, através da horizontalidade, do diálogo igual entre as partes envolvidas, visando a construção conjunta de uma outra realidade, mais harmônica e harmoniosa entre as pessoas e entre elas e o meio. Dito de outra maneira, o projeto visa gerar novas ambiências (REGO, 2010).

A ideia da pesquisa-ação casa perfeitamente com um projeto de extensão justamente por entender que pesquisar não é apenas investigar uma certa realidade, mas participar ativamente dela, de seu entendimento, construção e transformação. Tal é o tamanho do comprometimento e do desafio do Hortas.

Assim, o projeto não busca ir aos locais e simplesmente introduzir um espaço agrícola em meio ao urbano, conforme o bel prazer de seus coordenadores e pesquisadores, mas construir de maneira conjunta com os sujeitos, com os atores locais, através de escuta ativa, do entendimento de suas demandas e necessidades. Da mesma maneira, as oficinas que ocorrem ao longo do ano não buscam somente ser espaço de apresentação de teoria, em que determinado acadêmico se dirigi à localidade para expor aquilo que conhece ou investiga na Universidade, mas para colaborar com a comunidade, dando destino às produções das próprias hortas e demandas da população.

Fica claro, pois, sem grandes dificuldades, a importância de um projeto como este. A produção de alimentos, apesar de ser uma realidade já em excesso, do ponto de vista que se produz mais do que o necessário para alimentar a população mundial, sem que ninguém ficasse ausente de seu acesso, não o é uma realidade de fato. Como se diz em linguagem coloquial, as demandas da população, do ponto de vista do direito universal e dignidade humana, nem sempre (para não dizer quase nunca) casam com as demandas e necessidades “do Mercado”, essa entidade abstrata (mas em realidade bastante concreta) tantas vezes veiculada nos canais de comunicação, tradicionais ou não (como emissoras de televisão, canais de sites de vídeo e *podcasts*, por exemplo).

Viabilizar meios e práticas para dar acesso, em particular, às comunidades de baixa renda ou espaços de atendimento social público, torna-se, portanto um objetivo de grande importância. Nas palavras de Mário Quintana (2006), em Jardim Interior, não é o abandono que mata um jardim, mas o olhar vazio da indiferença. Não é somente a produção material que aqui está em disputa, mas engajamento político e criação simbólica, espaços de significação, de produção de sentido tanto quanto de alimentos, de um território vívido, pois vivido enquanto espaço do cotidiano.

Do ponto de vista particular do estágio pós-doutoral, a intencionalidade reside em aproveitar da oportunidade de vínculo ao HU, ofertado pela oportunidade de docência enquanto professor substituto ao longo do período de Março de 2023 até Fevereiro de 2024. Tal oportunidade entrelaça-se com a temática abordada na tese de doutorado (SOARES DE LIMA, 2022), onde foi proposto um discurso metageográfico que pudesse tornar complexo (aquilo que é tecido junto) os conceitos de autonomia, território e cartografia. Ainda que uma tese essencialmente teórica, o texto apoiou-se em casos empíricos, históricos e recentes, para produzir tal discurso. É dada a hora de poder acompanhar presencialmente um processo de construção de autonomia, de poder mapear junto aos sujeitos e ao longo do projeto, práticas de um mundo outro, menos mercantilizado e mais solidário, onde o valor de uso de uma planta possa sobrepujar seu valor de troca.

Fica posto, então, que estágio é pretendido, ao que ele se vincula e a justificativa de sua importância. Definamos, a seguir, seu objetivo e construção teórico-metodológica.

2. OBJETIVO

Investigar como espaços de hortas urbanas podem contribuir para ganhos de autonomia, em sentido amplo.

2.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Mapear a existência de hortas urbanas no município de Pelotas.
- Delinear as hortas a partir de sua funcionalidade.
- Mapear projetos acadêmicos de hortas urbanas nas universidades brasileiras.

3. EPISTEMOLOGIA

Por epistemologia entende-se a discussão conceitual do presente projeto. Episteme enquanto produção de conhecimento, cujo processo só pode se dar de maneira explicativa a partir dos diferentes conceitos e sua precisão metodológica.

Mantendo a herança legada pela tese de doutoramento, mantêm-se presentes os conceitos (e noção no caso do primeiro) de autonomia, território e cartografia. Abordaremos brevemente cada um deles dado que são os pilares do que estamos chamando de metageografia, ou melhor, de discurso metageográfico (SOARES DE LIMA, 2022). Primeira questão, destarte, é entender sua aplicabilidade dentro da perspectiva do projeto de hortas urbanas, para além das experiências concretas e as perspectivas apontadas na tese.

3.1. AUTONOMIA

A palavra autonomia é daquelas que assume diversos sentidos, de acordo com quem, ou com onde, ou em uma associação de ambos. Contudo, não se pretende aqui, como não se pretendeu na tese, fazer uma espécie de genealogia dessa noção. É um esforço demasiado grande e que escapa em muito o escopo de nossa preocupação presente.¹ Tal qual na tese, parte-se de um recorte bem específico, mas cuja definição é suficientemente ampla para açambarcar o que nos preocupa no momento.

A noção de autonomia trazida é aquela (muito) bem fundamentada por Cornelius Castoriadis, importante filósofo nascido no século XX, a quem Edgar Morin chamou de “um titã do pensamento”. De origem próxima ao marxismo, inclusive sendo um dos fundadores da revista “Socialismo ou Barbárie”, é um autor que se tornou ferrenho crítico de tal pensamento, encaminhando-se, então, ao seu grande projeto, a autonomia.

Além de um problema teórico-metodológico (como sua crítica à dialética, mais ou menos na esteira do que fez Lucio Colletti), o autor defrontou-se, com o passar dos anos, à crítica do chamado “socialismo real”, recheado de autoritarismos e excessos das mais diferentes maneiras. Assim, seu afastamento do pensamento marxista é duplo.

Seu enfoque da autonomia, acompanhando o *modus operandi* da crítica ao marxismo, também se dá de maneira dupla. Em “A instituição imaginária da sociedade” (CASTORIADIS, 1982) o autor percorre um caminho muito mais filosófico do debate, com discussões de definição

1 Para uma investigação nesse sentido ver “A invenção da autonomia” (SCHNEEWIND, 2001).

muito densas. Por outro lado, em “Socialismo e barbárie” (CASTORIADIS, 1983) encontramos uma discussão mais empírica, ou concreta, se se preferir. É nesse segundo livro que encontramos, por exemplo, a definição “ nós somos aqueles cuja lei é dar, a nós mesmos, nossas próprias leis” (p. 22). Assim, a liberdade, em uma sociedade autônoma, “*exprime-se por estas duas leis fundamentais: sem participação igualitária na tomada de decisões não haverá execução; sem participação igualitária no estabelecimento da lei, não haverá lei*” (grifos no original; *ibidem*, p. 22)”. Vale destacar que ao se referir ao termo lei o autor está tomando-o a partir do sentido grego de *nomos*, que pode, de fato, ser traduzido como lei, em seu aspecto jurídico, mas também pode ser entendido no aspecto de norma, um acordo social sobre determinada conduta.

Assim, no que toca o projeto HU, o sentido de autonomia se dá especialmente a partir do momento em que determinada coletividade decide sobre seu fazer produtivo. Escolher o que produzir, em função de certo objetivo ou necessidade, é certamente dar lei a si próprio. Seja numa associação comunitária, em que os integrantes visam produzir alimentos para si, seja em uma unidade de saúde, em que as plantas medicinais visam atender de maneira “alternativa” os que lá se consultam, o que se tem é disputa de autonomia. Desse aspecto político, de decisão construída através do diálogo (o sentido original, na antiguidade grega, do termo *dialética*), almeja-se também a autonomia em seu aspecto econômico, de atender a menor custo aqueles com baixa capacidade aquisitiva.

3.2. TERRITÓRIO

Historicamente o conceito de território esteve ligado, em função de sua origem ratzeliana, ao espaço do Estado-nação, aquela porção de terra (e o que está abaixo da superfície) circunscrita ao limites fronteiriços de tal Estado. Tal concepção em muito mudou ao longo do tempo.

Diferente da autonomia, o conceito de território, na tese, ocupou lócus de uma investigação genealógica, ou seja, de busca de suas origens e desenvolvimento de diferentes concepções. Tal esforço se deu, em grande parte, através do auxílio ofertado pela obra “O mito da desterritorialização” (HAESBAERT, 2016), donde o autor apresenta não só uma construção histórica como através de temáticas: materialistas, idealistas e relacionais.

Tanto aqui como alhures, alinha-se o projeto à leitura relacional, herdada em particular de Sack (1986) e mais contemporaneamente de Souza (2000, 2013, 2017). Tais leituras têm a importante potência de afastar o território de aspecto reificado, enquanto coisa, muito assumida pela leitura materialista, e especialmente daquelas leituras “mais políticas”, ligadas às relações de

poder, mas que reiteradamente acabam fazendo referência ao aspecto “também material” do território.

Especialmente Souza (*ibidem op cit*) consegue libertar o conceito desse aspecto dual, através da distinção entre território e *substrato espacial material*, que é aquilo onde as relações de poder subsistem, haja vista que nenhuma relação social se dá de maneira etérea. É assim que podemos perceber, por exemplo, um novo território em um espaço fisicamente igual. Como os territórios cíclicos, em que determinada hora do dia possui um uso e outra hora, outro uso. A disputa por tal área se dá sem qualquer mudança no substrato. O caso de locais de prostituição são excelente exemplo.

Mas como isso toca o projeto HU e este projeto de estágio de doutoramento? As relações de poder alocadas em cada caso das hortas urbanas se dá a partir de relações sociais em disputa, diferentes visões de mundo que visam atender objetivos diferentes. Além disso, o território também se manifesta nas hortas através da distinção feita por Lefebvre (2013) entre dominação e apropriação, ou seja, territorializar como ação de tornar algo próprio. As hortas, assim, são vistas como uma tentativa de tornar um espaço próprio para uma coletividade em geral e para os indivíduos em particular. Tal apropriação se dá enquanto relação social operando sobre um substrato espacial material, literalmente um espaço de terra tornado espaço agrícola, ainda que em solo urbano. Como as relações sociais e suas tensões se darão no decurso de nossa investigação está para ser constatado e faz, por óbvio, parte do objetivo de nossa pesquisa.

3.3. CARTOGRAFIA

Não diferente dos termos anteriores, a cartografia assume diversos sentidos, especialmente em nosso tempo presente. Conforme discutido na tese, e proposta de tipologia para organizar tal diversidade, seguiremos com o atual projeto.

Através de diferentes autores, chegamos a uma organização que visa não dar conta da totalidade de usos do termo cartografia, mas daquelas correntes que consideramos as principais, que se repetem inclusive entre autores que não são próximos. Consta a seguir tal distinção.

Um primeiro sentido de cartografia é aquele legado por Brian Harley, e sua historiografia da disciplina. A abordagem aqui é de crítica, de análise dos pré-supostos e objetivos e sua possível superação.

O segundo sentido é legado pelas perspectivas participativas, ligadas originalmente às práticas de criação do território *Nunavut*, espaço autônomo dos *inutis* em solo canadense. No Brasil

tal abordagem está muito em débito à Alfredo Wagner e seu projeto “Nova cartografia social da Amazônia”. Tal abordagem foi por nós denominada social justamente em função disso.

O terceiro sentido é o da abordagem dissidente, ou seja, de formas outras de produzir cartografias. Dissidência, aqui, se dá em relação ao aspecto institucional e, portanto, oficial dos mapas. Dissidência é produzir cartografia para além, e muitas vezes apesar, do Estado, a partir das próprias populações, tal qual evidenciado e organizado pelo coletivo Orangotango (2019) em sua obra “Not an Atlas” (um não-Atlas).

O quarto sentido é especialmente calcado com base na obra de Raúl Zibechi (2015), quando ele fala em cartografias políticas. Assim, a abordagem aqui é de diagnóstico, de contextualização de determinadas situações e movimentos sociais, é uma análise que faz da cartografia algo mais próximo de um instrumento sociológico.

Por fim o quinto sentido. A abordagem filosófica nos foi dada pela dupla, que se fez uma, Deleuze & Guatarri (2011, 2012a, 2012b, 2012c). A cartografia desses dois filósofos é de uma práxis rizomática, maneira de investigar a realidade, visando romper o cartesianismo herdado da modernidade, que tanto recortou o real em parcelas, como um engavetamento do conhecimento. Tal processo histórico é que nos lega hoje ao compartimento das disciplinas através daquilo que chamamos *especialização*. Fazer o mapa, assim, é tentar açambarcar a realidade através de múltiplos pontos de acesso, de maneira não-linear e próximo, ainda que de maneira diferente, daquilo que Morin (***) denominou de complexidade.

A cartografia, no presente projeto, assume aspecto de certa mistura de todas as abordagens tornadas tipologias na tese. Assim, a perspectiva crítica é inexorável, abordar a realidade de tal maneira nos obriga a sempre analisar os pré-supostos que assumimos, fazendo deles menos naturais e mais construídos, e permitindo, portanto, sempre fazer da realidade algo outro, algo de novo, *criação* no sentido radical dado por Castoriadis (1982). A perspectiva social nos aloca desde dentro, imerso nas realidades que se impõem. Fazer o mapa junto daqueles que produzem o espaço cotidiano, espaço do viver produzido ao ser vivido. A perspectiva dissidente nos coloca para além da cartografia oficial, do mapa municipal, do mapa que diferencia solo urbano e solo rural. A dissidência aqui se distancia da instituição para se aproximar da “carne das coisas” (RANCIÈRE, 2017, p. 97). A perspectiva diagnóstica nos ajuda a ver as hortas urbanas dentro de uma rede de tentativas de produzir alimentos e plantas que auxiliem as populações na árdua e alucinante tarefa de suportar o dia a dia, como nos disse Belchior. Seja no escopo de identificar práticas desse tipo em Pelotas, seja mapeando os projetos acadêmicos que tratem do tema. Por conseguinte, resta que a perspectiva filosófica nos guia enquanto sujeitos no mundo, enquanto visão que guia a maneira de ser e fazer deste projeto, que não se pretende elaborado de

antemão, mas construído ao longo de seu próprio acontecimento, “o caminhante que se faz ao caminhar”. Certamente faremos decalques, retratos estanques de um acontecido, mas também visamos fazer mapa, produzir realidade mutante, inconstante, caótica, potência de atos por vir a ser. Cartografar devenires.

4. METODOLOGIA

Conforme dito no tópico anterior, a metodologia do estágio de doutoramento é, da maneira mais ampla possível que o sentido de metodologia pode assumir, rizomática. Ela não pretende acessar as hortas urbanas de maneira particular, uma por vez, ou sob ótica única, uma investigação dada perante apenas um aspecto. Como é característico do rizoma, em vez da arborescência, ele pode ser acessado a partir de múltiplos pontos, pois não possui começo ou fim “bem delimitado”.

De maneira mais específica, a metodologia presente remete a algumas práticas. Diferente do sentido estrito etimológico, em que metodologia é estudo de método(s), a metodologia aqui diz respeito a maneiras de fazer. E nosso fazer, por ser rizomático, é necessariamente múltiplo.

Como é imperioso em qualquer investigação científica, será feita revisão bibliográfica, uma etapa de laboratório que só é finda ao terminar a redação do trabalho. Tal revisão não se dará somente no sentido conceitual, mas de buscar projetos e entendimentos de uso e finalidades de hortas urbanas. É nesse aspecto que diagnosticar as investidas acadêmicas nos dará enorme substrato de inteligibilidade.

Aliada à tal revisão ocorrerão trabalhos de campo, visando acompanhar as oficinas propostas pelo projeto HU, com as mais diversas temáticas. Além disso, pretende-se acompanhar os mutirões de manutenção e instalação de hortas em diferentes espaços. Mas não só. Conviver colocando a “mão na massa” além de dar sustento à análise permitirá conversar e trocar conhecimento com aquilo que se convencionou chamar de *saberes locais*.

Cartografar, assim, evidencia-se em seu aspecto rizomático. Produzir mapas em sentido estrito é interessante para espacializar, seja no município, seja no país, tanto as tentativas concretas de construir hortas quanto poderá permitir visualizar os locais do conhecimento produzido sobre o tema. Diagnosticar será etapa imperiosa desse processo.

Visa-se operar tanto por dedução quanto por inferência. Aquilo que for permitido derivar por conclusão lógica o será. Aquilo que for ofertado por informações parcelares só poderá permitir inferir resultados. Conjecturar, portanto, jamais será profetizar.

Quanto ao método, este não será ou positivista, ou materialista histórico-dialético, ou fenomenológico. Ser-se-á aquilo que sempre se foi, um *anarquismo epistemológico* (FEYERABEND, 1977). Se o positivismo se presta com excelência a construir pontes, certamente não cabe para explicar o amor. Assim, há de se utilizar de cada método conforme ele caiba para explicar aquilo que se propõe. Nesse sentido, de novo em acordo com Morin (2011), e também

com Paulo Freire (1996), este projeto se pretende essencialmente *dialógico*, operante através de múltiplas lógicas.

5. CRONOGRAMA

#	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	TRABALHOS DE CAMPO	ANÁLISE DE DADOS	REDAÇÃO FINAL
ABRIL	X	X		
MAIO	X	X		
JUNHO	X	X		
JULHO	X	X		
AGOSTO	X	X		
SETEMBRO	X	X	X	
OUTUBRO	X	X	X	
NOVEMBRO	X	X	X	
DEZEMBRO	X	X	X	X
JANEIRO			X	X
FEVEREIRO				X
MARÇO				X

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

_____. **Socialismo ou Barbárie**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2 – volume 1**. São Paulo: Editora 34, 2011.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2 – volume 3**. São Paulo: Editora 34, 2012a.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2 – volume 4**. São Paulo: Editora 34, 2012b.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2 – volume 5**. São Paulo: Editora 34, 2012c.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 .

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

LEFEBVRE, Henry. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

ORANGOTANGO, Kollektiv. **Not an atlas: a global collection of counter-cartographies**. Bielefeld: transcript, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da escrita**. São Paulo: Editora 34, 2017.

REGO, Nelson. Geração de ambiências: três conceitos articuladores. In **Educação**. Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 46-53, jan./abr. 2010

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

SACK, Robert. **Human territoriality. Theory and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SCHNEEWIND, Jerome B. **A invenção da autonomia**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

SOARES DE LIMA, Theo. **Discurso metageográfico**. Entre autonomia, território e cartografia. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências, Programa de Pós-graduação em Geografia. Porto Alegre, 2022.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C., & CORRÊA, L. R. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 77-116.

_____. **Por uma geografia libertária**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

_____. Território e (des)territorialização. In. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2013.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

QUINTANA, Mário. **Poesia completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguillar, 2006.

ZIBECHI, Raúl. **Territórios em resistência**: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência, 2015